

## Avaliação da aprendizagem escolar sob perspectiva psicopedagógica

Leticia de Oliveira SANTOS<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo tem o objetivo de refletir sobre a avaliação educacional e a psicopedagogia no âmbito das necessidades da aprendizagem escolar. O texto foi elaborado a partir de um estudo bibliográfico sobre a temática em questão, a fim de discorrer sobre o papel da avaliação e o processo comunicativo a favor da educação inclusiva. Assim, o cotidiano escolar clarifica os alunos que demonstram dificuldades de aprendizagem, por este motivo, o trabalho docente deverá propor produção de sentidos significativos, assumindo um caráter permanentemente colaborativo na formação integral de todos os sujeitos, independente das suas especificidades. O trabalho está fundamentado por Sobrinho (2003), Barlow (2006), Esteban (2003), Luis (2007), Luckesi (1995), dentre outros. O resultado foi uma melhor compreensão sobre a avaliação escolar e a psicopedagogia institucional, atrelada ao processo comunicativo para alcançar sucesso escolar, sobretudo com alunos especiais.

**Palavras-chave:** Avaliação. Comunicação. Psicopedagogia.

<sup>1</sup>Pedagoga pelo CEDU/UFAL, Psicopedagoga pela CESAMA, atualmente faço Mestrado pelo Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/CEDU/UFAL), atuo como tutora online da Rede Etec do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Semed/Flexeiras e SEE/AL, 12° CRE. Email: letmarinho4@gmail.com

### Introdução

---

<sup>1</sup>Pedagoga pelo CEDU/UFAL, Psicopedagoga pela CESAMA, atualmente faço Mestrado pelo Programa de Pós-graduação no Ensino de Ciências e Matemática (PPGECIM/CEDU/UFAL), atuo como tutora online da Rede Etec do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) e Professora dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental pela Semed/Flexeiras e SEE/AL, 12° CRE. Email: letmarinho4@gmail.com

A avaliação educacional quando assume um papel formativo e comunicativo atua na aprendizagem significativa, desempenhando uma luta contra o fracasso escolar reconhecendo que cada sujeito possui as suas maneiras próprias de adquirir o conhecimento formal, e esta especificidade não pode ser desconsiderada.

Como então almejar a educação inclusiva e de qualidade proposta pelas Diretrizes Educacionais, se ao final de um período os alunos que não conseguiram atingir o conhecimento esperado ficarão retidos? E quando essa retenção se torna repetência e se tem alunos fora da faixa etária ainda no 3º ano do Ensino Fundamental na evidencia de que boa parte desses alunos repetentes apresentam as mais diversas dificuldades<sup>2</sup> de aprendizagem?

Esse assunto é realmente complexo, pois além dos problemas organizacionais das instituições educativas em sua maioria pública, como a falta de preparo dos professores para lidar com a educação inclusiva ou a falta de recursos que auxiliam o processo, tem-se também as dificuldades de aprendizagem evidentes em certos estudantes, recaindo uma exigência maior sobre estes alunos, a fim de que aprendam para evitar não apenas a repetência, mas, sobretudo o fracasso escolar.

A questão mais crítica com relação à educação inclusiva é a dificuldade encontrada para implementá-la de forma satisfatória nas redes de ensino. A raiz do problema está no currículo adotado pelas escolas. Sendo assim, para que as condições necessárias para o progresso e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais sejam supridas pela classe regular, é preciso uma nova concepção curricular que considere a diversidade. (ESPINDOLA, 2009, p. 4)

A qualidade da educação inclusiva está justamente na aprendizagem significativa, por isso, o ato de avaliar é perceber as várias dimensões do campo cognitivo, ao passo que os sujeitos apresentam suas particularidades na assimilação dos conteúdos, deste modo, o professor deverá atentar-se às condições que efetivam a aprendizagem por meio de um trabalho contínuo e valoroso.

---

<sup>2</sup> Dislexia, disgrafia, discalculia, dislalia, disortografia e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade).

A escola, por sua vez, deverá desenvolver ações permanentes, capazes de conduzir os alunos a satisfação na aquisição dos conhecimentos. A avaliação não deve ser entendida única e exclusivamente como o momento decisório de promoção ou fracasso escolar.

A avaliação deve ser entendida como reflexão do educador sobre as ações que não favorecem a aprendizagem de certos alunos. E é aí que a psicopedagogia entra em ação, pois esta atuará na descoberta das necessidades de seus alunos e atuará por meio de práticas mediadoras.

O objetivo desse trabalho é realizar uma reflexão da avaliação da aprendizagem escolar sob perspectiva psicopedagógica nos espaços educativos, considerando a singularidade de cada sujeito em aprender, e que a escola necessita estabelecer estratégias favoráveis à aprendizagem de seus alunos, principalmente àqueles que demonstram certas dificuldades.

### **Breve histórico da avaliação**

A avaliação é um termo que está sempre presente na vida dos seres humanos. É usada de diversas maneiras e com objetivos próprios para cada situação. Não foi utilizada apenas para fins educativos, no entanto sempre vista como mecanismo eficaz na certificação dos indivíduos.

É o que Sobrinho (2003) evidencia na trajetória da avaliação. Seu estudo estabelece a relação da avaliação nos séculos passados e a sua influência nos dias atuais, clarificando as rupturas do paradigma tradicional para a dialogicidade, a melhor condição para a promoção do ensino-aprendizagem.

Se a avaliação educacional serve apenas para classificar, a escola se comporta então como um vidro (ROCHA, 2003). Estar como vidro é necessariamente não poder contribuir para a própria mudança, é colaborar com a manutenção de um sistema classificatório, atuando na formação de sujeitos condicionados, com a cultura negada, incapacidade de expressar pensamentos, ideias, construção de saberes e aquisição de habilidades, sujeitos fadados ao conformismo social.

Escolas de vidro não estão muito distantes de nós, é possível encontrar um grande número de educadores que desconsideram a aprendizagem significativa e mantêm as formas tradicionais de ensino. Toda essa indiferença possivelmente se dá pela insatisfação profissional.

Já dizia (ALVES, 2001, p. 56):

Quem não ama o que faz dá pouco de si. Não se esforça. Bate cartão, cumpre protocolo. O amor move gestos e intenções, em qualquer profissão. Mais ainda naquelas em que se lida diretamente com pessoas. Que são diferentes de livros, armários, números... Tem coisa pior do que ser chamado de 26? Ou 12? Amor é vital. No trabalho, na vida, em tudo.

Pela ausência de bem estar profissional é que muitos professores permanecem com metodologias arcaicas, e os alunos, por sua vez são diretamente afetados com um ensino defasado, gerando uma consequência irreparável nas suas aprendizagens, pois não há abertura de espaço para o diálogo e construção de saberes por meio da contextualização dos conteúdos.

Tendo em vista a grande função da avaliação em todas as esferas da sociedade, foi na escola que ela passou por grandes mudanças, adequando-se as novas tendências, sendo alvo de muitas pesquisas e assumindo paradigmas<sup>3</sup>, inclusive o tradicional, que por muito tempo conduziu a educação, fixando marcas irreparáveis na formação dos sujeitos.

A avaliação quando parte da perspectiva tradicional empenha-se na certificação apenas, rotulando àqueles estudantes que terão ou não sucesso na vida, já que a educação formal atua para o exercício da cidadania, preparando o sujeito também para o mercado de trabalho.

A avaliação na perspectiva tradicional desconsidera o sujeito em sua totalidade, o que queremos afirmar é que somos seres dotados de sentimentos, conhecimentos prévios, assimilação e ações individuais, estes atributos não podem ser desconsiderados ao longo do percurso educativo.

---

<sup>3</sup> Modelos, padrões.

Então, a avaliação “não se restringe a somente descrever os resultados obtidos, mas também avaliam as entradas, os contextos ou circunstâncias diversos, os processos, as condições de produção e os elementos finais.” (SOBRINHO, 2003, p. 24), ou seja, a avaliação tradicional dispensa o ato dialógico, limitando assim, a proposta de aproveitamento das diversas formas de aprendizagem.

### **As funções da avaliação**

A avaliação educacional a partir do processo comunicativo, mais do que nunca apresenta-se como condição eficaz para possibilitar aos alunos a aprendizagem significativa. Os estudos sobre essa temática direcionam o educador a abandonar as práticas avaliativas tradicionais (certificativa e classificatória) e estabelecer pontes de diálogos capazes de auxiliar os sujeitos em todo o processo educativo, principalmente em relação aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e também quando se está diante de alunos que demonstram dificuldades de aprendizagem.

Sabe-se então, por meio de pesquisas na área educacional, que as diferenças de aprendizagens são de fato um problema enfrentado por muitos professores e muito difícil de lidar. Isso ocorre pelo fato de que muitos professores não conseguem manter um diálogo com os seus alunos apresentando-lhes os avanços e as dificuldades.

A avaliação diagnóstica e a avaliação formadora, por sua vez, parecem intimamente ligadas uma à outra, como os dois momentos de uma mesma ação: analisar as dificuldades e os pontos fortes do aluno para regular e facilitar a aprendizagem oferecendo-lhe uma ajuda personalizada. (BARLOW, 2006, p. 117)

As funções da avaliação a favor da aprendizagem significativa dos alunos

1.	Avaliação Esta função da avaliação age como ponto de
----	--

Diagnóstica	partida, tenta conhecer a situação prévia de cada sujeito, por isso, “antes de desencadear uma ação de formação, é preciso estabelecer o perfil de partida dos formandos.” (BARLOW, 2006, p.111)
2. Avaliação Somativa	Esta função da avaliação realiza balanços sobre um determinado período, busca sistematicamente os resultados da aprendizagem é a “simples constatação do êxito ou do fracasso relativo de uma formação ao seu término.” (BARLOW, 2006, p. 110)
3. Avaliação Formativa	Esta função faz o acompanhamento do processo de aprendizagem para definir intervenções (refazer, reexplicar conceitos), então, “A troca ocorre não no término da formação, mas durante seu processo: trata-se, para o avaliador, de ajudar seus interlocutores a resolver melhor sua tarefa.” (BARLOW, 2006, p. 111)
4. Avaliação Prognóstica	Esta função da avaliação proporciona balanços mais amplos, avaliação a médio e longo prazo, assim, “A avaliação visa não ao passado, como a avaliação somativa, ou ao presente, como a avaliação formativa, mas o futuro.” (BARLOW, 2006, p.112)

Fonte: Barlow, 2006.

Neste sentido, as funções da avaliação, quando entendidas e bem aplicadas podem conduzir os alunos aos avanços necessários a sua aprendizagem. O professor também passa por uma auto avaliação, porque há pontes de diálogos durante todo o percurso.

Os novos rumos da avaliação devem ser então encarados como fator que permite o elo entre o professor e aluno, ou seja, percebemos que todo esse aparato paradigmático com intuição construtivista assiste diretamente o processo de ensino-aprendizagem.

Deste modo, as escolas deverão promover em seu cotidiano discursos que enfatizem a avaliação diagnóstica e desenvolva ações junto aos professores, permitindo aos alunos motivação na aquisição dos conhecimentos.

### **Avaliação e Fracasso Escolar**

A problemática educacional que ultrapassa a estrutura organizacional das escolas é o fracasso escolar. Além de ser um desafio para os educadores, é também uma realidade bastante preocupante. (ESTEBAN, 2003).

Várias situações estão intimamente ligadas ao fracasso, como por exemplo: as dificuldades de aprendizagem dos alunos que para certos professores só são levadas em consideração quando a retenção tornou-se um problema, além de questões sociais como negação da cultura, da falta de oportunidade por parte dos alunos para expor suas dúvidas e do próprio sistema que estabelece normas muito distantes da realidade ou das necessidades educacionais.

Para compreender as possíveis causas para o fracasso escolar, (ESTEBAN, 2001, p. 101), traz alguns questionamentos bastante significativos, vejamos:

Pode-se construir uma perspectiva de avaliação capaz de contribuir para que o processo ensino/aprendizagem seja mais favorável ao sucesso escolar? E que sentido tem desenvolver teorias e técnicas pedagógicas que não se vinculam diretamente aos problemas de construção, socialização e apreensão do conhecimento?

O fracasso escolar pode então ser entendido quando a autora indaga as atitudes excludentes do sistema educacional e até da própria escola (avaliação na ótica do exame).

Quem deveria ser o responsável pelo oferecimento das condições necessárias para uma educação qualitativa acaba reproduzindo atitudes de caráter certificativo.

A preocupação vista pelos educadores partindo da perspectiva tradicional não é garantir aprendizagens que estejam ligadas aos conhecimentos prévios dos alunos ou trazer informações que se adequem à realidade, mas fazer com que a avaliação determine o sucesso ou o fracasso escolar.

Por outro lado, na perspectiva dialógica, consideramos: até que ponto as informações prévias fazem parte desse processo de ensino/aprendizagem? Como o erro deve ser encarado pelos educadores? Na maioria das vezes o repetido erro corresponde à sentença prévia de que o aluno será reprovado no final do ano.

Compreendemos assim, a necessidade da efetiva prática da avaliação processual, pois, os alunos terão assim outras possibilidades para adquirir conhecimentos formais, favorecendo assim, a aprendizagem.

Alguns estudos na década e 1990 tentaram definir o fracasso escolar, Forgiarini e Silva (2007, p. 11) afirmam que:

-problema psíquico: a culpabilização das crianças e de seus pais (foco no aluno); - problema técnico: culpabilização do professor (foco no professor); - questão institucional: a lógica excludente da educação escolar (foco na política pública como determinante do fracasso escolar); - questão política: cultura escolar, cultura popular e relações de poder (foco nas relações de poder estabelecidas no interior da instituição escolar, mais especificamente na violência praticada pela escola ao estruturar-se com base na cultura dominante e não reconhecer – e, portanto, desvalorizar – a cultura popular). (FORGIARINI, SILVA 2007, p. 11)

Com o passar do tempo, outras questões também serviram de apoio para tentar justificar o fracasso escolar de certos alunos, a saber: às dificuldades de aprendizagem (Dislexia, Síndrome de Down, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH, dentre outras). Percebemos a partir



desse ponto, a necessária intervenção da psicopedagogia para compreender essas condições apresentadas por certos alunos, a psicopedagogia atua diretamente no processo de desenvolvimento cognitivo, psicológico e histórico-social.

Por outro ângulo, é possível visualizar que o fato de certos alunos não conseguirem êxito é porque muitos professores não se preocupam em identificar a heterogeneidade das salas de aula, estes profissionais interligam-se no atendimento das “exigências de natureza administrativa” (ESTEBAN, 2001, p. 100), esquecem-se da inclusão.

Felizmente as Políticas Públicas têm assegurado de maneira legal a modalidade da Educação Especial com caráter inclusivo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9394/96, encontramos em seu artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013, p. 26)

Visando uma educação de qualidade e capaz de atender a todos os cidadãos brasileiros é que a LDBEN estabelece a oferta da educação especial em escolas regulares, além de incentivar a formação continuada de professores como um dos fatores mais relevante, pois a adequação das práticas pedagógicas voltadas a atender a especificidade de cada aluno é desafiadora.

### **Avaliação, Psicopedagogia e o Processo Comunicativo**

Os professores em exercício e em formação devem estar conscientes das mudanças que ocorrem na sociedade, compreendendo que as práticas educativas devem favorecer os alunos. “É importante que o professor possa

ajudar o aluno com informações específicas sobre sua aprendizagem” (LUIS, 2007, p. 29).

Os novos rumos da avaliação e da psicopedagogia devem então ser encarados como fator primordial no processo de ensino-aprendizagem.

Essas informações serão obtidas quando o professor estabelece um diálogo com seus alunos, perguntando, conversando e realizando atividades capazes de detectar as necessidades básicas. A avaliação deve partir do princípio da análise e sistematização da dinâmica da sala de aula.

No exercício da docência, a observação deve ser uma atitude frequente. O cotidiano da sala de aula revelará questões que deverão ser consideradas no momento de tomada de decisão.

Nós professores devemos interpretar as situações para ajudar o aluno a se desenvolver concretamente. Assim, a escola deverá constantemente manter um processo de comunicação, transmitindo uma reciprocidade nas informações de cunho avaliativo.

A escola contemporânea precisa introduzir de forma dialógica a cultura da mediação, utilizando-se da psicopedagogia institucional para melhorar este processo, diante disso, para transformar a ideologia da classificação para a emancipação se faz necessário conduzir o sujeito a desenvolver novas atividades partindo do conhecimento já adquirido fora da escola.

As pontes de diálogos são passos fundamentais para uma formação escolar integral, e este processo começa quando nós professores procuramos identificar quais os valores e as representações que os alunos desempenham e como se manifestam.

Diante de toda essa discussão, mais do que nunca compreendemos que as nossas instituições educativas, sobretudo da esfera pública, adotem uma postura de avaliação contínua em todas as suas representações (diagnóstica, formativa e somativa), isto possivelmente resultará no melhoramento do processo ensino-aprendizagem, estabelecendo uma cultura de emancipação e não apenas de classificação.

## **Considerações Finais**

Em primeiro lugar, avaliar é, por essência, o ato de valorar, atribuir valor a algo, de perceber as várias dimensões de qualidade acerca de uma pessoa, de um objeto, de um fenômeno ou situação.

Avaliação é “um julgamento de valor sobre dados relevantes para uma tomada de decisão.” (LUCKESI, 1995, p.69). A avaliação exige um múltiplo agir, não consiste em atribuir notas conforme o bom comportamento ou decodificar as atividades sem subjetividade, sua atuação é muito maior do que isso.

Os caminhos da avaliação formativa correspondem inicialmente na interação professor-aluno. O compromisso educativo, a mediação e o aproveitamento das informações prévias, levarão o professor a compreender que a comunicação é bastante relevante para o aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem.

A escola entendendo os novos rumos da educação deverá então adotar uma cultura que favoreça a todos independentemente do desenvolvimento cognitivo que cada sujeito apresente.

Lutemos por escolas verdadeiramente públicas e de qualidade, com efetivo acompanhamento psicopedagógico dos seus alunos, onde as atividades incidam nas informações prévias, com pontes de diálogos e abertura sistematizada do saber formativo através de práticas propagadoras do sucesso escolar.

## Referências

ALVES, R. In: BENCINI, R. **10 motivos para ser professor**. Revista Nova Escola, nº 146, p.55-66, out. 2001.

BARLOW, Michel. **Avaliação escolar, Mitos e realidades**. Porto alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei N° 9394/93, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as **Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Brasília, Congresso Nacional. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). Acesso em 05 de agosto de 2013.

ESPÍNDOLA, Y. X. **Educação Especial: desafios em busca da inclusão**. Revista Espaço acadêmico, nº 100, set de 2009.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra?** Reflexões sobre a avaliação e o fracasso escolar. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

ESTEBAN, Maria Teresa (org.). **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos.** 5 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FORGIARINI, S. A. B.; SILVA, J. C. **Escola pública:** fracasso escolar numa perspectiva histórica. In. SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO, 2007, Paraná. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>. Acesso em: 21/08/2014.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** 17ª ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

LUIS, Suzana M. B. **Escrevendo a Avaliação:** a escrita de diários como exercício avaliativo. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOBRINHO, José Dias. **O campo da avaliação:** evolução, enfoques, definições. In: SOBRINHO, José Dias. Avaliação: Políticas educacionais e reformas da Educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

ROCHA, Ruth. **Este admirável mundo louco - Quando a escola é de vidro.** São Paulo, Ed. Salamandra, 2003.